

Começa a editar-se a revista *Arquivo Rural*, dirigida por Rodrigo Moraes Soares que, logo em Janeiro de 1859, defende a necessidade de criação de um *partido de agrocratas*, de adeptos do fomento agrícola: *vai tomando corpo e ganhando raízes o Partido dos Agrocratas, isto é, dos que pensam que o nosso País só pode ser bem governado por homens convencidos de que a primeira necessidade pública é desenvolver as forças produtivas da terra e que sem esta condição é impossível a nossa existência social como Nação independente.* Continuávamos algemados pela centenária trilogia do *não temos pão, não temos trabalho, não temos terra para habitar*. Já assim fora no século XV quando, com a mesma área territorial metropolitana, mas apenas com cerca de um milhão de habitantes, nos tivemos de lançar na aventura da expansão, procurando o necessário espaço vital. Já então o *país essencialmente agrícola* não seguiu os conselhos dos chamados *Velhos do Restelo* da *política de fixação* e decidiu descobrir o caminho marítimo para os mitos da Índia, Brasil e África. Foi a nossa secular fome de terra que, desde sempre, constituiu o substrato de um Império que se foi glória de que não nos devemos envergonhar, também constituiu o *álibi* que nos fez desprezar a agricultura. E de nada vale reproduzirmos outros *álibis* pós-imperiais disfarçados nos papéis de fantasia das ideologias e das utopias. Assim, o movimento regenerador faz o apelo no sentido do regresso à terra. Foi, na verdade, paradigmático o exemplo de Herculano, ao largar da cidade para as serras, numa espécie de retorno às origens. Mas, lado a lado, com o mito romântico de Vale de Lobos, surge também a geração dos tecnocratas do fontismo que aponta para a transformação estrutural da economia portuguesa, segundo os modelos de uma *política de fixação* de cariz neo-fisiocrático, contra a aliança entre os adeptos do mercantilismo e os continuadores da *política de transporte*.